

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS GESTÕES MUNICIPAIS DE PELOTAS E RIO GRANDE (2003-2013)

RAFAEL JOSÉ CARUCCIO¹; NAIARA DAL MOLIN²

¹Universidade Federal de Pelotas – rafaelcaruccio@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – naymolin@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Lei Complementar Estadual número 9.184, de 1990, criou a *Aglomeração Urbana de Pelotas*, que em 2001 passou a se denominar Aglomeração Urbana de Pelotas e Rio Grande, e em 2002, Aglomeração Urbana do Sul. Essa se caracteriza por sugerir uma integração entre os municípios que a constituem e é o embrião de uma futura região metropolitana. Integram-na os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte, que totalizam uma população aproximada de 600.000 habitantes.

Essa perspectiva pressupõe uma sinergia de políticas públicas em prol do desenvolvimento da região, além do protagonismo dos municípios de Pelotas e Rio Grande, detentores de um perfil econômico privilegiado em relação aos demais. O papel e a atuação desses municípios são determinantes para o sucesso ou fracasso do desenvolvimento da futura região metropolitana.

Muito do que se sabe a respeito de política municipal nos remete aos fatores apontados por Victor Nunes Leal em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, no qual a descrição da decadência econômica e financeira dos municípios, aliada à centralização política e administrativa dos Estados, promovia a dependência dos governos locais em relação ao poder estadual e nacional e a constituição de uma cadeia de subordinação vertical entre governadores, chefes políticos municipais e eleitores (LEAL, 2012).

No contexto contemporâneo, principalmente desde a Constituição de 1988, a descentralização política – com transferência de receitas, responsabilidades e autoridade administrativa, fiscal e política para governos subnacionais, além da maior disponibilidade de recursos financeiros gerada pelo incremento em receitas próprias e nas transferências intergovernamentais – reforçou a importância dos municípios brasileiros. Essa redefinição provocou uma nova onda de estudos sobre o poder local, especialmente no âmbito das relações federativas e das políticas públicas (ABRUCIO, 2003; ARRETCHE, 2000; ARRETCHE e RODDEN, 2004; SOUZA, 2004; ALMEIDA, 2005). Nesta perspectiva, o presente trabalho busca somar conhecimentos sobre políticas locais.

Para FALLETI (2006), os interesses territoriais dominam nas instâncias de negociação das políticas descentralizadoras. Desta forma, pretendemos analisar até

que ponto o volume de recursos federais influenciam as estruturas locais, principalmente burocráticas. Na medida em que aqueles recursos muitas vezes são condicionados pela existência de projetos e condições de infraestrutura locais, isto influencia ou pressiona de alguma forma os municípios a buscarem profissionalizar e qualificar seus funcionários?

Aliado a isso, temos ainda de tentar esclarecer se a matriz histórica desta região (sul do RS) ainda possui influência sobre os processos de modernização da administração pública. Conceitos como coronelismo, patrimonialismo, clientelismo e corporativismo, por exemplo, apontados por autores como o já citado LEAL (2012), além de NUNES (2010) e CARVALHO (2001 e 2004), devem ser explanados e dialogados com os estudos contemporâneos a respeito da burocracia local e das políticas públicas.

2. METODOLOGIA

Para este trabalho, optamos por um recorte temporal que nos permita compreender se ocorreram mudanças administrativas significativas nos municípios de Pelotas e Rio Grande. O período entre 2003 e 2013 justifica-se na medida em que 2003 foi um ano em que os recursos federais destinados aos municípios aumentaram de forma significativa, em grande parte devido à Lei 10.707/2003, que abriu possibilidades para recursos além do estabelecido pela Constituição.

Como indicativos, pretendemos analisar as estruturas organizacionais de Pelotas e Rio Grande, por exemplo, comparar a qualificação dos ocupantes de cargos de chefia, se os funcionários são efetivos ou comissionados. Além disto, verificar se há programas de qualificação de funcionários municipais, a quem se destinam etc.

Também merecerá nossa atenção os projetos feitos e/ou realizados nas duas cidades nestes dez anos como forma analítica de mensurar os efeitos desses recursos federais voluntários nas políticas públicas. Por exemplo, ligado diretamente ao gabinete do atual prefeito de Pelotas, há o *Pelotas Polo do Sul*, que está inserido no contexto de projetos ligados diretamente a esta nova dinâmica administrativa gerada a partir de 2003. Apesar de o projeto ter aportes do Banco Mundial, ele é garantido pela União.

Escrevendo sobre o governo federal, MONTEIRO (2013) observa que, construir no Brasil uma burocracia meritocrática implica em algumas dificuldades. Utilizando seu estudo sobre EPPGG's (Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental), a autora afirma que uma das principais é o fato de que, num presidencialismo de coalizão como o brasileiro, esses cargos acabam em grande parte servindo à repartição de cotas entre os partidos da situação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho está na fase de construção do seu marco teórico. Em termos de resultados práticos é ainda incipiente.

O que realizamos até aqui em termos metodológicos foi uma coleta inicial de dados estatísticos básicos, tanto de Pelotas quanto de Rio Grande, além de contatos iniciais com a prefeitura de Pelotas. Já acessamos o sítio eletrônico da Prefeitura de Pelotas, onde encontramos dados a respeito do funcionalismo público, tais como o número de funcionários, com cargos, salários etc. Também já houve comunicação para futura entrevista com o escritório responsável pelo projeto *Pelotas, Polo do Sul*.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho é uma forma de se mapear ou inferir qual a relação entre a tradição e as novas possibilidades de desenvolvimento da região sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Por tradição, entendemos os velhos costumes clientelistas e patrimonialistas típicos do Brasil.

No entanto, sabemos que isto não se aplica sempre e em todas as cidades brasileiras. Aqui no sul do estado do Rio Grande do Sul, pela tradição agrária e latifundiária, podemos lançar a hipótese de que ainda restam vestígios dessa tradição. Mesmo que haja uma modernização na matriz econômica, cremos ser necessário verificar até que ponto a matriz meritocrática consegue romper com a tradição clientelista e patrimonialista, principalmente no que diz respeito ao funcionalismo público municipal responsável pela implementação de políticas públicas nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. Reforma Política e federalismo: desafios para a democratização brasileira. In: BENEVIDES, M. V.; VANNUCHI, P.; KERCHÉ, F. (Orgs.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 225-265.

ALMEIDA, M. H. T. Recentralizando a Federação? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005.

ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ARRETCHE, M.; RODDEN, J. Política Distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p.549-576, 2004.

CARVALHO, J. M. As metamorfoses do coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 6 mai. 2001.

CARVALHO, J. M. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP & Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 21-33.

FALLETI, T. Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada. In: SOUZA, C.; DANTAS NETO, P. (Orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 21-54.b

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTEIRO, L. M. Reforma da Administração Pública e Carreiras do Estado: o caso dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental no executivo federal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, p. 25-55, 2013.

NUNES, E. O. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

PREFEITURA DE PELOTAS. Acessado em 15 jun. 2013. Online. Disponível em:

<http://www.pelotas.com.br/>

BRASIL. Diretrizes orçamentárias. **Lei nº 10.707**, de 30 de julho de 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10707-30-julho-2003-492035-normaatualizada-pl.pdf>